

ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Juliana Aparecida ROCHA LUZ*

Neide BARROCA FACCIO**

Hiuri Marcel DI BACO***

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão, baseada em revisão literária, sobre a importância de se planejar e aplicar metodologias participativas que envolvam a comunidade, onde os estudos são realizados, e a comunidade científica, com o intuito de dar relevância científica e social às pesquisas desenvolvidas. Essas metodologias participativas são pensadas no âmbito de estudos arqueológicos e museológicos, com iniciativas de Educação Patrimonial junto à comunidade local. Nesse sentido, apresenta propostas participativas pensadas em estudos arqueológicos desenvolvidos, atualmente, na região do Vale do Paranapanema, lado paulista, no município de Iepê- SP.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial; Arqueologia; Comunidade Local.

ARCHAEOLOGY AND EDUCATIONAL HERITAGE

Abstract: This article presents a discussion, based on literary revision, on the importance of planning and applying participative methodology and applying participative methodology that could involve the community where the studies were carried on, and also the scientific community, aiming at pointing out scientific and social relevance to the research developed. This participative methodology was thought over in the field of archaeological and museological studies, with the initiative of Educational Heritage within the

* Endereço eletrônico: juliluzz@yahoo.com.br. Aluna do Programa de Mestrado em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo.

** Endereço eletrônico: nfaccio@terra.com.br. Professora Doutora em Arqueologia, do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista.

*** Endereço eletrônico: hiuridibaco@gmail.com. Aluno do Programa de Mestrado em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo.

local community. In this sense, it presents participative propositions thought over in archaeological studies, currently developed in the region of Paranapanema Valley, on São Paulo, side, in the County of Iepê, SP.

Key words: educational heritage, archaeology, local community.

1. Metodologias Participativas e Processos de Musealização

Independente do objetivo que se deseja alcançar em uma pesquisa, modelos participativos podem ser aplicados. É cada vez mais urgente pensar estratégias e colocá-las em prática. Essas estratégias devem envolver agentes da comunidade, para que a pesquisa científica seja efetivamente democrática e participativa.

Consideramos de extrema importância a divulgação e participação do público de forma a informar e conscientizar a população da importância do resgate e proteção dos vestígios. “Fazendo o patrimônio arqueológico parte integrante do patrimônio cultural, certamente sua especificidade e o pouco conhecimento do público sobre o mesmo torna ainda mais difícil sua proteção (HARTMANN, 2005, p. 10)”. Segundo Renfrew e Bahn:

Los arqueólogos tienen el deber, tanto hacia sus colegas como hacia el público general, de explicar qué hacen y por qué. Esto significa, sobre todo, la publicación y difusión de sus descubrimientos, de forma que otros investigadores dispongan de los resultados y el público, que por lo general ha pagado el trabajo, aunque indirectamente, pueda disfrutarlos y comprenderlos (RENFREW; BAHN, 1998, p. 504).

Concordamos com Soares e Klamt (2004) quando dizem que não podemos esquecer que, antes de ser um papel do governo, são as pessoas que devem proteger os bens culturais, materiais e emocionais de sua localidade e reivindicar junto ao poder público políticas específicas para esse fim. O pesquisador deve “criar condições favoráveis para o estudo, a proteção e a divulgação do patrimônio arqueológico enquanto bem de uso especial, comum do povo brasileiro, colaborando para o desenvolvimento social das comunidades pelo incentivo à participação coletiva (MORAIS,

1999-2000, P. 213”.

Para Farias et. al. (2004), a arqueologia não pode mais estar dissociada da educação. O arqueólogo deve levar a comunidade a perceber e detectar os problemas de depreciação do patrimônio, para com isso, conscientizar as pessoas a serem agentes de preservação. Da mesma forma, Tocchetto e Reis (2000) defendem que a arqueologia não pode eximir-se, como ciência humana, de reconhecer seu imenso potencial educativo e fundamentador de aspectos que podem ser abordados sobre a cultura material remanescente.

Hugues de Varine faz uma discussão muito interessante sobre a necessidade de mudança no pensar e nas relações museológicas. Apresenta uma museologia “diferente” da concepção que denomina “normal” ou predominante. O autor considera que, na concepção normal, “o museu é apenas uma instituição cujos objetivos e funções são determinados pela definição do ICOM” (VARINE, 2000, p. 22). Já na concepção diferente, “o museu sem deixar de ser uma instituição é essencialmente um processo, cujo objetivo é contribuir para a transformação de uma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para seu desenvolvimento, tanto no presente como no futuro” (VARINE, 2000, P. 23).

Como processo, o museu fará perguntas à sociedade, sem necessariamente fornecer as respostas. As respostas e interpretações pertinentes à exposição, gerada pelo museu, serão elaboradas pelas próprias pessoas. Varine expõe a importância de não se apegar a modelos, pois cada caso terá sua especificidade.

Nesse contexto, o processo museológico estará apoiado numa forte mobilização da comunidade. Essa mobilização acontecerá com maior força em momentos de crise, que serão necessários para o que o autor chama de uma “Museologia da Libertação”. Basicamente, essa libertação visa a alcançar três objetivos fundamentais:

- 1- A libertação da consciência, da iniciativa e da criatividade pelos membros atuantes da sociedade;
- 2- A libertação da capacidade de observação e domínio das mudanças - a comunidade aprende a julgar por si só e a tomar decisões;
- 3- A libertação da comunidade social em relação às mídias.

Para que essa libertação aconteça, o autor lembra que é necessário oferecer formação para responder à demanda. Também é imprescindível

ajudar a comunidade a revelar-se, a tomar confiança em si, não apenas pelo discurso, mas sim pela ação.

Varine faz todo um discurso sobre a necessidade de mudança e de se pensar em estratégias participativas. Não há dúvida de que o que o autor propõe é extremamente relevante para a efetiva participação nos processos museológicos. Porém, devemos ir além do discurso: é preciso desenvolver propostas reais que envolvam público e patrimônio num sentido de identificação e pertencimento cultural.

Da mesma forma que Varine, Bastos aborda a urgência de metodologias participativas na forma de uma “inclusão social na arqueologia”:

A inclusão social entendida como forma e ação de integração ou reintegração de populações ou comunidades vulneráveis, principalmente na sua vertente que busca inserir a promoção de políticas de igualdade racial, é um tema que tem despertado possibilidades para a preservação do patrimônio arqueológico no Brasil (BASTOS, 2007, p. 289).

O autor traz à tona uma reflexão sobre a exclusão e propõe pensar mecanismos para uma integração e igualdade participativa de negros, índios, asiáticos, mestiços etc, ao que dá o nome de democracia “racial”. Apresenta a história da museologia, no nosso país, como excludente ao dizer que “no Brasil os museus, a musealização e as paisagens culturais como fato museal são elementos simbólicos que delatam o “não lugar” dos negros e dos índios” (BASTOS, 2007, p. 294).

O autor também faz uma crítica ao fato dos museus etnográficos brasileiros não se voltarem para questões locais internas. Esse argumento é justificado com o exemplo de três museus brasileiros: o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, o Museu do Ipiranga, em São Paulo e o Museu Goeldi, no Pará. Segundo o autor, esses museus detiveram-se mais sobre os grandes enigmas do evolucionismo europeu e americano que sobre análises do Estado brasileiro.

De acordo com Bastos, desde o princípio das pesquisas arqueológicas, no Brasil, não houve qualquer tipo de inclusão social. Havia um mito de uma democracia racial e não era legado nenhum espaço aos

ditos grupos vulneráveis. O autor considera que a partir de 1985, há uma democratização com abertura para novas idéias e preservação arqueológica, proporcionando o surgimento de participação/inclusão social. Mas esse discurso ainda é insuficiente, isso quando não passa de discurso na maioria das vezes. “Nas questões arqueológicas é preciso que negros, índios e excluídos deixem de ser simplesmente objeto de estudo e passem a ser sujeitos” (BASTOS, 2007, p. 298).

Nesse sentido, todos os membros da sociedade que produziram um objeto exposto, em um museu, devem ser encorajados a contribuir com discussões sobre métodos a serem empregados e o significado real do objeto. Bastos enfatiza que o seu objetivo é possibilitar o engajamento da comunidade em todas as etapas da pesquisa. Com isso, os grupos vulneráveis poderiam se apropriar do conhecimento produzido pelas elites intelectuais e brancas, tendo assim a oportunidade de serem sujeitos de sua própria história.

Tal como Varine, o autor apresenta questões pertinentes de mudanças necessárias no cenário atual da pesquisa arqueológica e consequentemente da musealização. Mas é preciso ir além do discurso, propondo e executando metodologias que envolvam a comunidade efetivamente.

De La Penha, do mesmo modo que Varine, aborda a necessidade de mudar a relação entre museu e visitante ao escrever sobre o desafio contemporâneo dos museus de história natural e antropologia em “atrair e transmutar seus visitantes de um estado de curiosidade passiva para um estado de engajamento ativo com as coleções, as exposições, bem como seus guias e monitores” (DE LA PENHA, 1992, p. 51).

A autora defende a importância de um intercâmbio entre as coleções e as novas gerações. As coleções devem ser reinterpretadas para atingir as diferentes gerações, revendo as finalidades e os propósitos dos museus que devem se adaptar às mudanças no tempo.

Ao citar Finlay, a autora fala do papel da imaginação, do entusiasmo e da compreensão que devem ser instigados na comunidade, a fim de fazê-las perceber aquele patrimônio exposto como parte de sua história. Nesse sentido, aproxima-se de Varine que fala da libertação da iniciativa, criatividade e consciência. Sendo assim, os agentes da comunidade precisam interagir, como indivíduos pensantes, em todos os momentos da pesquisa. Para isso precisam estar conscientes, compreendendo o processo, para que com entusiasmo exercitem a criatividade e a imaginação,

contribuindo com a exposição e o significado dos objetos, por exemplo.

Da mesma forma que Bastos, De La Penha aborda que a realidade não participativa, no Brasil, é uma herança histórica do hábito de colecionar dos museus que estiveram sempre atrelados às classes dominantes. Assim, desde a criação dos gabinetes de curiosidade, as classes menos favorecidas foram excluídas. No Brasil, o reconhecimento da importância das coleções científicas e o envolvimento da comunidade são recentes e surgem efetivamente com a obrigatoriedade da lei federal. Em consequência dessas premissas, os museus vêm expandindo o uso das coleções para a pesquisa e inovando suas atividades com diversas iniciativas. Um dos grandes problemas acarretados, nos museus, é o acondicionamento das coleções, nas reservas técnicas: “na maioria dos museus, as coleções ocupam o espaço mais recôndito, aquele que ninguém quer, dado às suas péssimas condições de conforto ambiental” (DE LA PENHA, 1992, p. 54).

A autora expõe também uma questão atual que diz respeito à iniciativa dos povos nativos em reaver seus objetos, na busca pelo poder, bem estar cultural e autoestima que eles representam. O mesmo tema é tratado por Ribeiro. Ambas dão o exemplo da machadinha kyrie, recuperada pelos Kraho, antes exposta no Museu Paulista.

Esse tema leva, mais uma vez, à reflexão da necessidade da participação e da criação de metodologias participativas reais que gerem, na população, respeito e compreensão. Dessa forma, assim como Varine ao falar da concepção diferente de museu, De La Penha defende que “os visitantes devem sair de um museu conscientes de que eles também são portadores de uma cultura e que nesse papel, são mais semelhantes que distintos dos outros” (DE LA PENHA, 1992, p. 57)

Porém, diferente de Varine e Bastos, a autora apresenta discurso e ações de iniciativas junto à comunidade que deram certo. Um dos exemplos dados foi um projeto realizado pelo Museu Goeldi, com o intuito de levar ciência à periferia. A princípio, a população carente foi hesitante, questionando os méritos de um projeto científico em um local onde crianças morriam de fome e diarreia. Contudo, o projeto foi desenvolvido por seis anos, identificando necessidades básicas da comunidade e discutindo temas relevantes à ciência, com os instrumentos que possuíam. Nesse período foram realizadas:

Orientação na implantação e manejo de hortas

comunitárias; promoção de ciclos de palestras e difusão científica; promoção de cursos práticos de uso e aplicação de plantas alimentares e medicinais; orientação pedagógica aos professores leigos da área; promoção de cursos práticos de produção artesanal; participação prioritária de crianças em faixa escolar nos clubes de ciência oferecidos pelo nosso Serviço de Educação e assessoria técnica para a implantação da primeira biblioteca na área entre outras atividades (DE LA PENHA, 1992, p. 59).

Ao falar de projetos que deram certo, a autora não deixa de apresentar as dificuldades para a mudança de postura, na ação museológica, no Brasil. Expõe que a principal dificuldade não está na falta de idéias ou vozes, e sim na falta de interesse na própria cultura, uma vez que as instituições sofrem, frequentemente, com a falta de recursos humanos e financeiros compatíveis.

Da mesma forma que De La Penha, Ribeiro apresenta as histórias e experiências de importantes museus no Brasil. Enfatiza a importância das coleções de museus e do colecionismo para a história indígena, num sentido de autoconhecimento e autorrepresentação dos povos que produziram os objetos.

A autora cita Levi-Strauss que propõe duas estratégias para as pesquisas etnológicas. Para populações numerosas que apresentam rápido processo de mudança, os próprios índios deveriam ser encorajados a se tornarem profissionais, como historiadores, por exemplo, sendo eles próprios a darem significado a sua cultura. A segunda estratégia seria destinada a populações ameaçadas de extinção e descaracterização. Nesse caso, deveriam realizar estudos tradicionais com recursos diversos.

Porém, Levi-Strauss adverte para a dificuldade e o problema de uma cultura ser estudada pelos próprios membros, pois, segundo o autor, a antropologia é a ciência da cultura vista de fora, com o objetivo de perceber diferenças que encobrem uma unidade profunda.

Mais do que explicar sobre a necessidade de mudanças, Ribeiro expõe as prioridades mais urgentes, no âmbito dos museus brasileiros, como a restauração das coleções e sua documentação. “Para isso, conviria contar com os próprios índios, que ainda produzem esses bens culturais, ou retém informações a seu respeito” (RIBEIRO, 1989, p.120). Com isso, as gerações

atuais e futuras podem se conscientizar do significado da herança cultural indígena apropriada por nós e tentar identificar nela sua própria herança, ou seja, a herança de seus descendentes.

2. Propostas Participativas, em Estudos Arqueológicos, no Paranapanema Paulista

Atualmente é desenvolvida uma pesquisa no município de Iepê - SP, na região do vale do Paranapanema, com o título: Caçadores-Coletores no Vale do Paranapanema Paulista: O Estudo do Sítio Arqueológico Vallone, Iepê - SP. Ao desenvolver tal pesquisa, percebemos a necessidade de se pensar em metodologias participativas em todas as etapas, buscando envolver a comunidade local nos estudos. As principais etapas dessa pesquisa, em que se busca a participação da comunidade, são:

1- Trabalho de Campo: intervenções na área do sítio (sondagens, prospecções e escavação);

2- Exposição da coleção gerada no museu de arqueologia do município;

3- Ressignificação do museu: contribuir com o processo de transição pelo qual o museu passa atualmente.

Com base no exposto, acreditamos possuir uma cadeia operatória em que a população pode atuar em parceria para ajudar a dar significado à coleção, pois teremos a possibilidade de incluir metodologias participativas desde a evidenciação dos objetos até a exposição e significação dos mesmos.

Inicialmente devemos definir uma parcela da população que será alvo de iniciativas de envolvimento nas pesquisas. Segundo Varine (2000), é preciso levar a população a reconhecer-se como comunidade que possui os mesmos problemas e valores para poder trabalhar em prol de um bem comum: “para isso convém ajudá-la, a tomar confiança em si, e não pelo discurso, mas sim pela ação” (VARINE, 2000, p. 27).

A princípio, podemos começar trabalhando com alunos do Ensino

Fundamental e Médio, fazendo uma parceria com professores e direção escolar. Posteriormente, devemos expandir o público de acordo com os recursos e o interesse que possam surgir na população. Dessa forma, podemos trabalhar com grupos distintos como pessoas da Terceira Idade, por exemplo.

Uma vez delimitado o território e a comunidade, um segundo passo pode ser a realização de palestras e oficinas. Palestras informativas e participativas, sobre arqueologia e as pesquisas realizadas, para os leigos, e oficinas que podem ser de lascamento pelo fato do projeto propor o estudo de material lítico lascado, mas também pode ser de cerâmica guarani, uma vez que a região apresenta inúmeros sítios relacionados à Tradição Guarani. Já orientado pelas palestras e oficinas, o público poderá conhecer as intervenções realizadas em campo.

Na etapa das intervenções em campo, no sítio arqueológico podem ser feitas visitas monitoradas e explicativas do trabalho do arqueólogo e do patrimônio que a região possui. Os agentes da comunidade, nessa fase, podem ajudar na pesquisa, por meio da história oral, uma vez que moram no local ou proximidades. Dessa forma, a educação patrimonial não deve ser um monólogo e sim um diálogo entre as partes que têm informações diferentes a acrescentar na preservação e na construção de informações sobre o registro arqueológico.

Na etapa de exposição do museu, a população pode participar mais efetivamente: comunidade científica e comunidade local devem atuar juntas para o bem de um patrimônio que é do interesse de todos. “As mostras atuais, mesmo que neguemos a nível objetivo, subjetivamente dão ao visitante a impressão de tentarem validar a relativa superioridade da sociedade científico-tecnológica contemporânea sobre as culturas tradicionais” (DE LA PENHA, 1992, p. 56). É preciso derrubar essa barreira entre as partes, oferecendo cursos e oficinas em parceria com o MAI - Museu de Arqueologia de Iepê. Tal formação será importante, ao passo que fará crescer a autoestima e o sentimento de responsabilidade e pertencimento ao museu, enquanto guardião de sua cultura pretérita.

O Museu Arqueológico de Iepê, atualmente, passa por um processo de ressignificação. Há alguns anos atrás, o museu continha coleções arqueológicas e objetos históricos de fundadores da cidade. Nessa época, o museu chamava-se “Museu do Índio Armando Cavaccioli”. Era necessária uma mudança nos padrões de organização desse museu e recentemente ele passa por um período de transformações graças a uma parceria entre a

prefeitura de Iepê, a Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Segundo Varine:

A organização do território, em termos tanto de desenvolvimento local quanto de museu, não é um processo político-administrativo, ela é a criação de uma dinâmica, que articula as autoridades políticas locais, as instituições e as populações e suas forças vivas, os atores sociais e econômicos, tudo isso levando-se em consideração o patrimônio, natural, cultural e humano (VARINE, 2000, P. 26).

O acervo relacionado à parte histórica não está mais exposto no museu e hoje ele pode ser caracterizado como um museu de arqueologia, pois possui apenas acervos dessa natureza.

Uma vez que fazemos parte das pesquisas que serão incorporadas a esse museu, percebemos a necessidade de contribuir com melhorias na exposição. Nessa fase, visamos a envolver o público que pode ajudar a pensar métodos para exposição dos objetos, mesmo porque terá participado de outras etapas da pesquisa.

Pensar metodologias e planejar estratégias de envolvimento da comunidade é necessário. Mas é preciso ter em mente que problemas e dificuldades surgem ao longo do processo e a prática e a experiência podem ajudar a melhorar as metodologias pensadas a priori. Dessa forma, objetivamos iniciar um processo de participação nas pesquisas realizadas na região, que possa também contribuir para o amadurecimento de pesquisas futuras, pois, o importante, segundo De La Penha, é manter uma postura realista: “muda-se o que se pode, salva-se o possível, atinge-se quem está ao seu alcance” (DE LA PENHA, 1992, p. 52).

3. Referências Bibliográficas

AFONSO, M. C. Olhares diversos da arqueologia paulista: Caçadores-Coletores em São Paulo e as indústrias associadas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 13, 2005, Campo

Grande. **Anais do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. p.31-40.

FACCIO, N. B. **O Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no Contexto do Projeto Paranapanema**. 1992. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FARIAS, M. S.D.S.E.; GASPAR, M.D.; DE BLASIS, P. Ações educativas no projeto arqueológico do Camacho: 1999-2000. In: **Revista de Arqueologia do IPHAN**, Santa Cruz do Sul, v.2, 2005, p.55-62.

HARTMANN, A. Pela preservação do patrimônio arqueológico: uma parceria e muito trabalho. In: **Revista de Arqueologia do IPHAN**, Santa Cruz do Sul, v.2, 2005, p. 9-17.

MORAIS. Projeto Paranapanema: avaliação e perspectiva. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.24, p.142-147, 1990.

Arqueologia da região Sudeste. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n.4, p.194-217, dez/jan/fev. 1999-2000.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: editora Unb. 1992. 613 p.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueologia: teorias, métodos y prática**. Madrid: Akal ediciones, 1998, 571 p.

SOARES, A. L. R.; KLAMT,S.C. Breve manual de patrimônio cultural. In: **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc,v.28, N° especial, 2004, p.45-65.

TOCCHETO, F.B.; REIS,J.A. Da cidadania e do pertencimento: lugares de atuação da arqueologia em educação patrimonial. In: **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, v. 24, n, 31, jan/jun 2000,p. 61-69